

O trabalho da Comissão Pastoral da Terra durante a pandemia de COVID-19 com as feirantes do Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Porto Seguro, Marabá/PA

The work of the Pastoral Land Commission during the COVID 19 pandemic with the stallholders of the Sustainable Development Project - Porto Seguro, Marabá/PA

Luiz Nunes Lima Junior

*Tecnólogo em Agroecologia pelo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)
bururejr@hotmail.com*

Francisco Alves de Sousa

*Agente da Comissão Pastoral da Terra de Marabá (CPT)
Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA)
chico20022005@yahoo.com.br*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a atuação da CPT – Comissão Pastoral da Terra de Marabá/Pará durante a pandemia do COVID-19 nos trabalhos da Feira Agroecológica do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Porto Seguro. O Assentamento está localizado na mesorregião sudeste do Pará, no município de Marabá. Os dados desse relato foram coletados em campo, especialmente com o uso de entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: CPT. Feira. PDS Porto Seguro.

ABSTRACT: *This work aims to present the performance of the CPT – Pastoral Land Commission of Marabá/Pará during the COVID-19 pandemic in the work of the Agroecological Fair of the PDS (Sustainable Development Project) Porto Seguro. The Settlement is located in the southeastern mesoregion of Pará, in the municipality of Marabá. The data from these reports were collected in the field, especially using interviews.*

Keywords: *CPT. Fair. PDS Porto Seguro.*

APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Este trabalho tem como objetivo apresentar a atuação da CPT – Comissão Pastoral da Terra de Marabá/Pará durante a pandemia do COVID-19 nos trabalhos da Feira Agroecológica do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Porto Seguro. O Assentamento está localizado na mesorregião sudeste do Pará, no município de Marabá. O acesso dá-se pela saída de Marabá, - BR 155 - até o ramal da Fazenda Taboquinha, km 14, percorrendo-se cerca de 10 km até a Vicinal 21 de junho.

A partir da década de 1970 foram criados os grandes projetos para a Amazônia, sendo eles: agropecuários, agroindústrias, mineração, madeireiras, hidrelétricas, dentre outros. Segundo Airton Pereira, os projetos agropecuários se dividem em dois tipos de empreendimentos:

O primeiro era composto por empresas que desempenhavam as suas atividades na área financeira (Bamerindus, Bradesco, Banco Econômico, Banco Pontual, Banco Arbi, Banco Mercantil, Atlântica Boa Vista), industrial (Óleos Pacaembu, Nixdorf, Volkswagen, Manah, Supergasbrás), de construção (Cetenco Engenharia S/A, Encol, Andrade Gutierrez), e madeireira (Madeireira Agropecuária S/A, Madeireira Araguaia Ltda-MAGINCO, Madeira União Salobo Ltda-MUSA). O segundo tipo de empreendimento era composto por empresas familiares como as famílias paulistas Lunardelli, as famílias Barbosa, Bannach, Quagliato, Avelino, Andrade *etc.* (PEREIRA, 2010, p. 02).

O PDS – Porto Seguro foi implantado na área de reserva florestal da Fazenda Balão II pertencente à família Mutran que passou a assumir o poder dos castanhais na década de 1950. Essa família, sob a liderança de Nagib Mutran se transformou na principal oligarquia da castanha em Marabá até o final dos anos de 1960, pois segundo Barreiros, *et al.*: “Os Mutran, de longe eram os maiores proprietários de terra, com um total de 22 propriedades, 19 divididas entre membros da família e 3, no nome da firma de beneficiamento de castanha, Benedito Mutran e Cia” (Barreiros, Fernandes, Andrade, 2017, p. 22). Entretanto, a partir da década de 1970 com a implantação do Plano de Integração Nacional (PIN) na Amazônia Legal criou-se políticas públicas de incentivos fiscais para grandes empreendimentos agropecuários (BARREIROS, FERNANDES, ANDRADE, 2017).

O município de Marabá foi tido como estratégico para atender os projetos agropecuários, de mineração e siderúrgicos em contraponto ao antigo poder oligárquico

exercido pelas famílias arrendatárias de castanhais. Desse modo, o poder local caracterizado pelo comércio das castanhas perdeu espaço para os projetos de colonização, regularização e legalização fundiárias gerenciadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essas políticas de “ocupação” da Amazônia atenderam os grupos de famílias da região, bem como pessoas físicas, famílias ou grupos de outras regiões do país para a implantação de agropecuárias (BARREIROS, FERNANDES, ANDRADE, 2017).

Os grandes projetos atraíram para a Amazônia, sobretudo pelo corredor rodoviário da Transamazônica diversos grupos de famílias camponesas com o intuito de se estabelecerem nas colônias agrícolas do INCRA. A partir das propagandas políticas com o lema: “Terras sem homens para Homens sem Terras”, mas sem o apoio dos programas de colonização, muitas famílias na condição de posseiros passaram a ocupar as terras e desenvolver atividades agrícolas. Com a migração de vários atores sociais, a região amazônica se tornou um espaço de disputa territorial, política e social com elevação dos dados de violência no campo (PEREIRA, 2010).

Com o aumento da violência do campo, casos de trabalho análogo ao de escravo e luta pela terra, torna-se importante a presença de uma instituição que faça a mediação desses conflitos, pois o governo ditatorial não intervia efetivamente nas questões agrárias da Amazônia em prol das famílias de agricultores migrantes.

Diante dos fatos descritos acima, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) Nacional foi fundada em junho de 1975 durante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Já a CPT de Marabá foi fundada em 1976, em um contexto dos grandes projetos políticos de ocupação da Amazônia durante o governo ditatorial (MIRANDA, 2023). Por atuar no sudeste do Pará há 48 anos, a CPT de Marabá sempre acompanhou os conflitos pela luta da terra, e, atualmente desenvolve trabalhos de orientação técnica agrícola e judiciais para a conquista da terra. Diante desse contexto, a CPT de Marabá auxiliou na mediação dos conflitos agrários e conferiu autonomia aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Após a ditadura-civil militar, os movimentos sociais se fortaleceram e iniciaram os processos de reforma agrária, assim em junho de 2004 um grupo de famílias acampadas em frente ao INCRA-SR27 coordenadas pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá – STTR e assessoradas pela CPT de Marabá, iniciaram o cadastro das famílias para a ocupação da Fazenda Balão II de propriedade do fazendeiro Evandro Liege Chuquia Mutran. Durante o período de acampamento, a CPT atuou no PDS – Porto Seguro incentivando a ajuda mútua, o trabalho coletivo e organizativo. Foram realizadas oficinas de formações políticas-organizativas, com temáticas voltadas para o meio ambiente, saúde, gênero, direitos humanos *etc.* (ALVES, 2019).

No campo técnico-produtivo foram realizadas atividades para a implantação de módulos produtivos agroecológicos e a comercialização desses produtos sob a perspectiva do cooperativismo e associativismo. Os trabalhos da CPT consistiam em visitas, reuniões e formações sobre: Agroecologia, Sistemas Agroflorestais – SAFs, criações de pequenos e médios animais, uso consciente dos recursos naturais e reflexões sobre a implantação de sistemas produtivos diversificados e agroecológicos.

Para a implantação dos SAFs, a CPT contou com a parceria da Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá – SEAGRI, que disponibilizou grande parte de mudas e sementes. A CPT distribuiu sementes, sacos e mudas de essências florestais e espécies frutíferas da região. Foi estimulada a comercialização dos produtos nas feiras da agricultura familiar, mesmo que as famílias não tivessem produzindo, elas vendiam frutos coletados da floresta e participavam das feiras em busca de sementes e conhecimentos de venda direta ao consumidor.

Em 14 de outubro de 2016, o INCRA desapropriou a área de 1069 hectares de vegetação nativa, publicou a portaria de criação do PDS - Porto Seguro para 37 famílias em lotes de 6,5 alqueires que organizaram suas atividades em Sistemas Agroflorestais e criação de pequenos e médios animais (INCRA, 2015). Após 12 anos de resistência e lutas, as famílias do PDS – Porto Seguro já possuíam os seus sistemas de cultivo e criação consolidados sob bases agroecológicas, o que fortaleceu a participação nas feiras urbanas de Marabá. Desse modo, a CPT por meio de formações, assistência técnica, fornecimento de mudas e sementes impulsionou juntamente com a SEAGRI, Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) a atuação das agricultoras e agricultores nas feiras urbanas e institucionais.

É importante destacar que as práticas agroecológicas implantadas no PDS – Porto Seguro advém da inserção da agroecologia no Brasil em meados dos anos de 1990. O Brasil passou a desenvolver atividades agroecológicas em objeção à agricultura hegemônica que utiliza de agrotóxicos e fertilizantes químicos para o uso de técnicas rurais sustentáveis em consonância com a natureza e saberes dos povos do campo, das águas e das florestas. A agroecologia emerge no fortalecimento dos movimentos sociais e políticas de reforma agrária (AQUINO; ASSIS, 2005).

A conquista da terra empregou a resistência ao avanço do agronegócio que na região utiliza da monocultura e pecuária extensiva e intensiva, assim, as famílias do PDS – Porto Seguro passaram a realizar atividades produtivas agroecológicas por meio da implantação de SAFs, criação de pequenos animais, como aves, suínos e piscicultura, o cultivo de hortas e sítios produtivos em contraposição a lógica das agropecuárias que circundam a comunidade.

No período em estudo, a presidente da Associação dos Pequenos Agricultores (ASPEAGRI) do PDS – Porto Seguro era Maria Lindalva Gomes de Matos, primeira liderança feminina do assentamento que relatou em entrevistas à CPT sobre o processo de luta pela terra:

[...] Depois de ocupar essa terra buscamos outras entidades parceiras que pudessem acompanhar nosso processo organizativo, a fim de nos mantermos acompanhados. Nosso objetivo era permanecer ali, até que o assentamento fosse criado pelo INCRA. Foi aí que conhecemos a CPT de Marabá, através do Sindicato, que nos indicou a Pastoral para acompanhar nosso processo organizativo e judiciário. A luta foi difícil, passamos por 4 despejos e fomos expulsos da terra. Tivemos nossas roças e casas destruídas, enfrentamos o sol debaixo da lona preta e também a chuva, o frio. Mas o apoio de quem estava conosco sempre nos fortaleceu e conseguimos seguir em frente! Enfim, em 10 de dezembro de 2014 fomos assentados. Nosso assentamento foi criado na modalidade de “desenvolvimento sustentável”, porque a nossa terra possui uma grande parcela de floresta nativa, e o INCRA reconheceu nossa capacidade de produção em comunhão com o meio ambiente, sem agredi-lo. [...] (MATOS, 2020).

Como podemos observar, a CPT esteve atuante com as famílias do PDS desde o processo de ocupação à conquista da terra, mas os seus trabalhos não finalizaram com a criação do Assentamento, pois as famílias assentadas necessitavam de orientações técnicas para produzirem em uma área de reserva ambiental, e, uma das alternativas foi aliar o meio ambiente às práticas de cultivo que preservassem a floresta.

Em 2016 com o apoio da CPT, foi criada a Feira Agroecológica que contou com a participação de 7 famílias de agricultores feirantes do PDS. A feira ocorre mensalmente aos sábados em um espaço cedido pela Comuna do CEPASP (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular), e a SEAGRI fornece infraestrutura e transporte às feirantes. A partir de 2018, as agricultoras e agricultores do PDS – Porto Seguro passaram a participar da Feira dos Povos do Campo da UNIFESSPA e UEPA. A CPT passou a articular juntamente com a UNIFESSPA o intercâmbio dos saberes dos povos do campo e a universidade, onde acontece a integração dos produtos da reforma agrária com cursos de formação e rodas de conversas. A partir de 2019, a CPT em parceria com a Pró-reitoria de Extensão, realizou um curso de Sistemas Agroflorestais e Agroecológicos para assentados, agricultoras e agricultores, especialmente do PDS e sujeitos de outras comunidades rurais.

Ao longo dos anos outras parcerias foram surgindo e Maria Lindalva relata que:

Foi assim, que nessa caminhada, alcançamos também outras parcerias. Hoje, além da CPT e do Sindicato, somos também acompanhados por professores e alunos das universidades públicas. Atualmente, somos uma das comunidades da região que participa das feiras agroecológicas de Marabá. Essas feiras são realizadas mensalmente e através delas conseguimos mostrar nosso trabalho para toda sociedade, e também complementamos nossa renda. Temos esperanças que esse trabalho continue e se fortaleça ainda mais, porque sabemos que temos muito para aprender e ensinar. Os professores sempre nos dizem que essa parceria é uma troca, e contribui com o aprendizado dos alunos que estão na Universidade (MATOS, 2020).

O trabalho da CPT foi de suma importância na região desde a implantação dos projetos agropecuários pela ditadura militar. Na atualidade, assumiu mais que o papel de mediadora de conflitos como também orientação técnica para a manutenção das atividades agrícolas, sobretudo a criação e manejo de SAFs. Nesse sentido, com o advento das instituições de ensino em Marabá, elas foram se apropriando dos contextos históricos, políticos e culturais para colaborar com os atores sociais na luta pela terra, práticas de cultivo e venda do excedente produzido.

Em relação aos trabalhos prestados pela CPT ao PDS – Porto Seguro, Maria Lindalva Matos descreve que:

A CPT continua conosco! Agora, como já conseguimos conquistar a nossa terra, a Pastoral acompanha o nosso processo de produção, compartilha técnicas seguras de cuidado com o meio ambiente, como fazer as nossas roças sem utilizar o fogo, que danifica a floresta e o solo. A parceria continua, mas acima de tudo, a CPT nos ensinou a ser protagonistas da nossa história. [...] Esse novo projeto (feira agroecológica) que a CPT pretende desenvolver conosco e com outras comunidades como a nossa, vai intensificar o trabalho que já desenvolvemos nos cultivos de sistemas agroflorestais (SAFs), possibilitando o aumento da nossa produção. Ele também será importante para o nosso processo de formação, pois, aprenderemos técnicas novas, de cuidado com o meio ambiente, que é o nosso maior objetivo. Por isso, eu e minha comunidade, reconhecemos a importância do trabalho da CPT na vida de centenas de famílias e temos esperança que essa atuação possa prosseguir cada vez mais forte! (MATOS, 2020).

Como podemos observar, desde a ocupação das famílias de agricultoras e agricultores do PDS – Porto Seguro até a sua consolidação como assentamento, a CPT esteve atuante como mediadora de conflitos com o Estado, formação organizativa e técnica, bem como propulsora da venda dos excedentes produzidos na comunidade. O trabalho das feiras vai além da simples prática de compra e venda, pois além de proporcionar o sustento financeiro das famílias, é um lugar que incentiva a conexão entre o rural e o urbano por meio da valorização da agricultura familiar, soberania e segurança alimentar sem o uso de agrotóxicos, sobretudo por meio das práticas agroecológicas e preservação dos recursos naturais.

METODOLOGIA

O presente relato de experiência tem como proposta metodológica a elaboração de uma análise bibliográfica das obras que contemplam a temática em estudo. Também utilizaremos fontes documentais de caráter público ou privado.

Nos apoiamos na metodologia da pesquisa de campo, a qual segundo Gonçalves, consiste em:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONÇALVES, 2001, p. 67).

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela CPT desde o processo de ocupação da terra à conquista do assentamento do PDS, auxiliaram no desenvolvimento da experiência relatada. Os autores possuem anos de experiências como técnicos que auxiliaram na elaboração de práticas pedagógicas e agroecológicas em diversos assentamentos no sudeste do Pará. Os trabalhos da CPT agregaram um olhar observador durante os acompanhamentos das famílias de agricultores do PDS – Porto Seguro, especialmente das feirantes.

Outra escolha metodológica contemplada neste relato diz respeito ao uso de entrevistas semiestruturadas com as mulheres agricultoras e feirantes do PDS – Porto Seguro durante as visitas técnicas dos agentes da CPT.

Desse modo, as entrevistas semiestruturadas nos deram embasamentos teóricos e hipóteses em relação ao relatado. Conforme, Triviños, a entrevista semiestruturada “[...]”

favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”. Essa metodologia propicia a presença consciente e ativa do pesquisador durante a coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). As entrevistas viabilizam a identificação das construções que os entrevistados possuem de si e do seu ambiente social.

Os roteiros das entrevistas buscaram descrever as práticas agrícolas dos lotes, os métodos agroecológicos, a percepção dos trabalhos da CPT e os produtos que eram direcionados para as vendas nas feiras, sobretudo, o levantamento dos produtos que seriam comercializados na feira *on-line*.

Desenvolvimento da Experiência

Devido a propagação do coronavírus em Marabá, a prefeitura publicou o Decreto nº 26, em 23 de março de 2020, determinando o fechamento parcial do comércio e o estabelecimento de medidas protetivas de contágio e propagação do COVID-19. Portanto, bares, restaurantes, lanchonete, academias, e outros foram afetados, sobretudo as famílias de agricultores do PDS – Porto Seguro que tiveram que traçar novas estratégias de vendas dos produtos. Por medo de contraírem o coronavírus, as feirantes suspenderam as atividades no mês de abril de 2020. A quarentena propiciou que as agricultoras e agricultores tivessem mais tempo para se dedicar aos sistemas de cultivo e criações, com isso ocorreu o aumento da produção. Diante desse fato, os agentes da CPT em reuniões *on-line* com professores das instituições de ensino da região, especialmente da UNIFESSPA resolveram dar destino ao excedente produtivo do PDS – Porto Seguro por meio de um sistema de feira *on-line* com entrega em domicílio, ou seja, por *delivery*.

A CPT ficou responsável em fazer o levantamento dos produtos e valores ofertados pelos agricultores, e, montou uma lista eletrônica que foi divulgada nas redes sociais e enviada por mensagens para os potenciais consumidores. O sinal de celular e internet móvel era extremamente instável no PDS, assim um agente da CPT ficou encarregado de anotar e agendar os pedidos dos produtos e repassar para a liderança das feirantes. As entregas dos produtos ocorriam aos sábados no espaço da feira da Comuna, onde os consumidores com hora agendada retiravam os seus produtos pessoalmente (*drive thru*) ou pelo *delivery* com o apoio de parceiros.

Quadro 1 - Lista dos produtos vendidos na feira *on-line* pelas agricultoras e agricultores do PDS – Porto Seguro, Marabá/PA.

FRUTAS/ AMÊNDOAS	GRÃOS	HORTALIÇAS	LEGUMES/ VERDURAS	ORIGEM ANIMAL	PROCESSADOS
Abacaxi	Fava	Alface	Abóbora	Galinha	Açaí
Banana	Feijão	Cebolinha	Cará	Ovo	Andiroba
Cacau	Milho	Cheiro verde	Macaxeira	Pato	Colorau
Castanha-do-pará		Couve	Maxixe		Copaíba
Cupuaçu		Jambu	Pepino		Farinha
Coco			Pimenta de cheiro		Farinha de Puba
Laranja			Pimenta do reino		Polpas de frutas
Limão			Quiabo		Tapioca
Mamão					Temperos
Manga					Tucupi
Tangerina					

Fonte: Autores, (2020).

Conforme o Quadro 1, é possível identificarmos a diversidade produtiva e alimentícia do PDS – Porto Seguro. A feira *on-line* potencializou a divulgação dos produtos da agricultura familiar e a produção agroecológica. As famílias do PDS se sentiram integradas no desafio de um mundo pandêmico e abraçaram o projeto junto à CPT e a UNIFESSPA, com o propósito de garantir a soberania e segurança alimentar aos consumidores dos seus produtos agroecológicos.

Desafios

O grande desafio para coordenar a Feira *On-line* Agroecológica do PDS – Porto Seguro foi a insegurança em relação à infecção do coronavírus COVID-19, pois naquele período (maio de 2020), ainda não tinham muitos estudos sobre o processo efetivo de contaminação, assim o distanciamento social era o mais indicado. Entretanto, o trabalho de assistência aos agricultores desenvolvido pela CPT teria que tomar outro formato e se adequar à nova realidade de uma pandemia. As medidas sanitárias foram tomadas e repassadas às famílias do PDS em relação à higienização dos produtos e comercialização, bem como as medidas protetivas do uso de máscaras, higiene pessoal com lavagem regular das mãos e uso do álcool em gel, higienização do espaço antes e após a entrega dos produtos e higienização das sacolas entregues com os produtos.

A ausência do poder público na orientação das medidas protetivas, distribuição gratuita de máscaras, álcool em gel e produtos de limpeza do espaço da Comuna gerou

gastos para as famílias de feirantes do PDS – Porto Seguro que foram sanados em parte pelos projetos de apoio da CPT, os quais arcaram com os produtos de limpeza, álcool em gel e a confecção de máscaras por costureiras, pois na época orientou-se o uso de máscaras de tecido, e, posteriormente as máscaras descartáveis.

Desenvolver uma nova dinâmica de relações pessoais de compra e venda de produtos que são escolhidos “aos olhos e manuseio” do consumidor foi desafiador, pois o ato de ir à feira envolve diversos mecanismos sociais e culturais na disputa pelo melhor preço, ou seja, pechincha, diálogo com o agricultor familiar, sobretudo, em relação a origem dos produtos, plantio, uso de produtos não químicos, processamentos, entre outros. Mas, a nova conjuntura social e econômica desenvolveu espontaneamente novos modos de comercialização e divulgação de produtos, e, pelo fato dos produtos agroecológicos do PDS – Porto Seguro serem comercializados há anos nas feiras urbanas e institucionais, a exemplo da Feira da Comuna e da Feira dos Povos do Campo, os produtos já eram conhecidos por um público diversificado e a sua venda *on-line* obteve muito êxito.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

A Feira *On-line* Agroecológica do PDS – Porto Seguro proporcionou durante a pandemia do COVID-19, a continuidade da valorização dos vínculos com os alimentos provenientes da agricultura familiar. Devido ao alto índice de desemprego, as feirantes mantiveram os preços dos seus produtos, com o intuito de manter e atrair novos consumidores provenientes dos canais de divulgação das redes sociais. A feira *on-line* criou novos significados para a socialização e comercialização dos produtos por meio de pedidos virtuais. O formato virtual propiciou a reinvenção das agricultoras e agricultores do PDS que continuaram garantindo a sua renda mensal em um período de crise sanitária global, reconhecimento de práticas produtivas que preservam o meio ambiente com a implantação de SAFs, soberania e segurança alimentar pelos sistemas agroecológicos implantados no assentamento desde a sua ocupação.

A feira *on-line* contribuiu diretamente na expansão do mercado e número de vendas; sendo importante destacar que após o período de isolamento social, as famílias de feirantes do PDS voltaram com as suas atividades na Feira dos Povos do Campo e criaram uma parceria com a Prefeitura de Marabá que disponibiliza transporte e infraestrutura as feirantes que passaram a participar da Feira da Folha 28. O trabalho da CPT no enfrentamento da COVID-19 junto às agricultoras e agricultores do PDS – Porto Seguro evidenciou novas formas de lutas e resistências dos povos do campo, os quais não se deixaram abater pelos medos e incertezas que a pandemia gerou nos indivíduos

mundialmente. Ao desempenharem os sistemas produtivos dos povos tradicionais do campo e terem a possibilidade de venderem o seu excedente, as famílias do PDS – Porto Seguro reafirmaram a sua autonomia cultural, econômica e social frente ao mercado consumidor por meio de sistemas produtivos agroecológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Feira *On-line* Agroecológica do PDS – Porto Seguro em Marabá/PA, deve seguir como inspiração para municípios que recebem seu abastecimento alimentar de grandes centros produtores e não valorizam a produção local. Nesse sentido, o contato virtual com comunidades distantes da sede do município pode encurtar a distância para a venda desses produtos oriundos da agricultura familiar sob bases agroecológicas. Sugere-se o levantamento dessas famílias de agricultores por intuições de ensino, pesquisa e extensão e órgãos públicos para desenvolverem um projeto de entrega *delivery* dos produtos provenientes da agricultura familiar. Desse modo, para não onerar o trabalho desses indivíduos envolvidos, a feira *on-line* poderia ocorrer mensalmente e crescer o atendimento de acordo com a demanda dos consumidores. Possibilitar outros meios de comercialização torna-se uma alternativa comum entre os estabelecimentos comerciais, assim a feira *on-line* diminui a distância entre o produtor e o consumidor, que mesmo não tendo contato pessoal com o feirante irá receber produtos de qualidade que impulsionam a sustentabilidade da agricultura local, soberania e segurança alimentar.

O trabalho que a CPT vem desenvolvendo há anos, principalmente na mediação dos conflitos agrários, tiveram que tomar outras características e se adentrar ao universo tecnológico com novas formas de se relacionar, sobretudo durante o período da pandemia do COVID 19. Não tecer os contatos físicos com os agricultores foi um grande desafio, pois as relações de confiança e parcerias ficaram distantes sob as telas dos celulares. A pandemia forjou uma reinvenção das práticas dos trabalhos desempenhados pela CPT, e a feira *on-line* foi uma atividade que garantiu a manutenção da renda familiar dos agricultores e agricultoras do PDS – Porto Seguro, assim como assegurou o comércio de alimentos saudáveis para uma população que estava frágil fisicamente e emocionalmente pelo Coronavírus.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. C. Analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra – CPT. 2019. Monografia (Licenciatura em

Educação do Campo) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, PA, 2019.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

BARREIROS, R. M.; FERNANDES, D. A.; ANDRADE, R. A. de. A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980, XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12 e CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 13. Niterói, RJ, 2017.

GONÇALVES, E. P. Iniciação à pesquisa científica. Campinas, SP: Alínea, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. Incra transforma área emblemática de conflito agrário em dois assentamentos no Sul do Pará. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-transforma-area-emblematica-de-conflito-agrario-em-dois-assentamentos-no-sul-do-para> Acesso em: 04 mar. 2023.

MATOS, M. L. G. Entrevista à CPT. Marabá, dez. 2020. [Arquivo documental da CPT de Marabá].

MIRANDA, R. R. A organização da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Estudos Sociedade e Agricultura, v. 31, n. 2, jul./dez. 2023.

PEREIRA, A. R. Conflitos de terra e violência no sul do Pará (1975-1990). ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10, Recife: UFPE, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.